

# UM PATRIMÔNIO: IDENTIDADE OU CONSTRUÇÃO NARRATIVA? ESTUDO DE CASO DA CASA DE CLARICE LISPECTOR

196

A HERITAGE: IDENTITY OR NARRATIVE CONSTRUCTION? CASE STUDY OF  
CLARICE LISPECTOR'S HOUSE

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2024.262169>

Irineia Freitas dos Santos  
[iri.irifreitas@gmail.com](mailto:iri.irifreitas@gmail.com)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Recife-Pernambuco-Brasil  
<https://orcid.org/0000-0003-3923-1546>

Submetido 23.03.2024  
Aceito em 03.04.2024

## Resumo:

A discussão sobre processo de patrimonialização de bens imóveis tem se tornado cada vez mais recorrente na sociedade atual, num esforço para preservar os bens considerados como culturais. O presente artigo tem o objetivo de discutir quais critérios serão adotados para selecionar dentre tantos imóveis, e quais serão eleitos como mais ou menos importantes para serem tombados e se é possível que a escritora Clarice Lispector esteja na memória do Recife da mesma maneira que o mesmo encontra-se eternizado em sua obra. Na metodologia foram aplicados os aspectos dos conceitos de tombamento, patrimonialização e memória, como forma basilar para nortear as reflexões geradas, através de pesquisa qualitativa com análise documental da legislação patrimonial vigente para procurar entender de forma mais clara possível esses procedimentos, tomamos como estudo de caso o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector. Desde sua solicitação até seu deferimento, é possível discutir os diversos aspectos determinantes para a aprovação do processo. A escolha se justifica pela sua relevância como escritora de reconhecimento nacional e internacional, pelas características

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024, p. 196 – 213.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

arquitetônicas do imóvel e por um grupo de intelectuais acadêmicos e literatos locais . Outro aspecto de relevância a ser mencionado é o fato de que a sociedade não esteve presente ativamente nesse processo, visto que um bem cultural deve fazer parte de sua memória individual e coletiva.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimonialização; Bem cultural; Construção de narrativa.

#### **Abstract:**

The discussion about the process of patrimonialization of real estate has become increasingly recurrent in today's society, in an effort to preserve assets considered as cultural. The purpose of this article is to discuss which criteria will be adopted to select among so many properties, and which will be chosen as more or less important to be listed and if it is possible that the writer Clarice Lispector is in the memory of Recife in the same way that it is eternalized in her work. In the methodology, the aspects of the concepts of heritage, patrimonialization and memory were applied, as a basic way to guide the reflections generated, through qualitative research with documentary analysis of the current heritage legislation to try to understand these procedures as clearly as possible, we took as a case study the process of listing the House of Clarice Lispector. From its request to its approval, it is possible to discuss the various determinant aspects for the approval of the process. The choice is justified by her relevance as a writer of national and international recognition, by the architectural characteristics of the property and by a group of local academic intellectuals and literati. Another relevant aspect to be mentioned is the fact that society was not actively present in this process, since a cultural asset should be part of its individual and collective memory.

**Keywords:** Memory; Patrimonialization; Cultural Goods; Narrative construction.

#### **Introdução**

Na legislação brasileira o tombamento funciona como uma ferramenta de proteção para os bens móveis ou imóveis que por sua vez possuam valor cultural para a sociedade. É um processo administrativo e pode ser conduzido nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Pode ser reivindicado por qualquer pessoa física ou jurídica, que justifique a relevância do imóvel como bem cultural.

O tombamento realizado em bens culturais isoladamente ou em conjunto e as áreas em seu entorno passam a ter limitações quanto à possibilidade de construções e alterações das suas características paisagísticas e arquitetônicas originais.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. (IPHAN, 2020)

Na avaliação para conferência do valor patrimonial do bem diversos critérios são adotados e é possível que, em alguns casos, os bens avaliados não sejam considerados patrimônio cultural passíveis de tombamento.

Este trabalho busca observar quais os critérios e valores associados para a escolha de um bem como patrimônio cultural. É importante refletir se apenas os valores de importância cultural são determinantes, ou se a vontade política pode interferir a ponto de construir uma narrativa para determinar a aprovação. Discutir quais foram os valores considerados para que a casa fosse elevada ao *status* de bem cultural ao ponto de ter sido tombada e seus posteriores usos.

Ao percorrer o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector, buscamos refletir o que a legitima como bem cultural tombado, qual a sua representatividade sócio-cultural para os habitantes de seu entorno.

Realizamos esta pesquisa de forma qualitativa com análise de documentos pautados pela legislação federal vigente que norteia os processos de tombamento na esfera estadual e municipal. Para tanto realizamos estudo documental com levantamento de fontes, com destaque aos documentos a Legislação Pernambucana **Lei No 15.430, de 22 de dezembro de 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 41.778, de 27 de maio de 2015**, Manual de Patrimônio da Prefeitura do Recife e o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector e sua biografia.

Concomitante ao trabalho relacionado as fontes, realizamos pesquisa bibliográfica com foco em temas como o tombamento de bens culturais, Memória e museus que possibilitaram uma melhor reflexão. Durante a pesquisa também foi aplicado um questionário a transeuntes nas proximidades da referida casa.

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

## Bairro da Boa Vista uma extensão de casa

A família Lispector, de origem judia, saiu da Ucrânia para escapar do antissemitismo que neste período se alastrava por toda Europa. Era um período de várias guerras, revoluções, e acontecimentos marcantes. O continente estava se recuperando da pandemia da gripe espanhola, vinha do final da Primeira Guerra Mundial, que desencadeou a ascensão do nazismo, na Alemanha, o fascismo na Itália. Os Lispector conseguiram fugir com um grupo de judeus, e vieram para o Brasil chegando em 1922. Naquele momento, o mundo estava em transformação e as guerras e revoluções na Europa que refletia a transição do século XIX para o XX. A industrialização se expandindo um novo contexto de ideal sociopolítico-econômico, todos esses aspectos contribuem para a dispersão de vários povos, à procura de locais mais seguros.

Os Lispector deixaram a Ucrânia de vez em 1921, indo para a Moldávia, depois para a Romênia, tendo em 1922 conseguido uma “carta de chamada”, no caso, um passaporte russo para o Brasil. A fuga dos judeus deu-se por toda a Europa, pela África, América e para a Ásia, no caso, a China. (Lira, 2018)

Era um período de busca pela identidade nacional e tomou grande estímulo na Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922, provocou o imaginário da modernidade. O porto do Recife recebia vários navios vindos da Europa e muitos destes traziam imigrantes dentre eles os judeus que fugiam da perseguição que se alargava, a maioria deles ficava na cidade, dando origem a comunidade judia do Recife.

O bairro da Boa vista tinha um comércio efervescente ao passo que já era um bairro residencial, e desta forma era propício para que os judeus conseguissem trabalhar como mascate, como era chamado na época o vendedor ambulante, com pai de Clarice não foi diferente.

No início do século XX o modo de vida urbano era vivenciado no bairro da Boa Vista pessoas nas ruas no comércio e a caminhar pelas calçadas. Esse costume de caminhar era um modo de vida moderno. Os trilhos do bonde vinha pela rua da Imperatriz e passava na Praça Maciel Pinheiro pela rua do Aragão dando mais acessibilidade e amentando o fluxo de pessoas que frequentava o comércio e a praça. Ainda muito pequena chegou para morar no sobrado Nº 387

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

em frente à praça e lá residiu até os doze anos de idade. Em sua obra ela tece suas memórias das aventuras que viveu, com vasto o sentimento por viver neste local. Essa tessitura pode ser percebida em vários trechos de sua obra, como mostra em “Felicidade Clandestina”, por exemplo:

Boquiaberta, sai devagar, mas em breve a esperança de novo me tomava toda e eu recomeçava na rua a andar pulando, que era o meu modo estranho de andar pelas ruas de Recife. Dessa vez nem caí: guiava-me a promessa do livro, o dia seguinte viria, os dias seguintes seriam mais tarde a minha vida inteira, o amor pelo mundo me esperava, andei pulando pelas ruas como sempre e não caí nenhuma vez. (Lispector, 1998, p. 9)

Ao chegar em Pernambuco foi matriculada no Grupo Escolar João Barbalho ainda com 5 anos de idade e lá estudou e em 1930, mesmo ano em que Marieta, sua mãe, morreu aos 41 anos. Clarice com dez anos passa a estudar no *Collegio Hebraico-Idish-Brasileiro*<sup>2</sup> e no qual termina o terceiro ano primário. No ano seguinte após aprovação no exame de admissão passa a estudar no Ginásio Pernambucano junto com sua irmã Tania e sua prima Bertha, respectivamente, na ocasião da matrícula seu pai declara que ela nascera na Rússia. O quarto ano ginásial fez no Rio de Janeiro no colégio Silvio Leite, pois, para onde mudou-se a família no ano de 1936. Foi aprovada para o curso complementar do colégio Andrews em 1939, declarou no ato da matrícula que era nascida em Pernambuco. Ao concluir o complementar em 1939, prontamente começa o curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito. Concluiu o curso em 1943.

Ainda na infância a Clarice arvora-se em sua carreira literária, na tentativa de publicar vários contos no “Diário das Crianças” do jornal Diário de Pernambuco, porém nenhum de seus contos foi publicado.

Na adolescência por volta dos seus 14 ou 15 anos Clarice teve um conto aceito na revista “Vamos Ler” (Borelli, 1981). Apesar da imprensa ter considerado que seu primeiro trabalho publicado tenha sido “Triunfo” com quase 20 anos de em 25 de maio 1940 no idade, Seminário Pan.

“O Lustre” seu segundo romance, quase ao mesmo tempo ganha o Prêmio Graça Aranha como melhor romance de 1943, com seu primeiro livro. Sua volta ao Brasil ocorre após 6 anos, na viagem de volta para o Rio de Janeiro aproveita para passar no Recife para visitar os parentes

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

e rever os lugares que viveu e vivos estão em sua memória. A partir de então passa a escrever colunas feminas para os jornais Diário da Noite e Correio da Manhã com o objetivo de completar sua renda.

Publicou o livro “Laços de Família” em 1960, ama pós ter conseguido uma editora, O que a levaria no ano seguinte receber o PRÊMIO JABUTI, da Câmara Brasileira do Livro. Tem seus contos e crônicas publicados na coluna “Children’s Corner” da seção “Sr. & Cia.”, revista SENHOR.

Esses textos publicados deram origem ao livro “A Legião Estrangeira”, que fora lançado dois anos após. Nesse mesmo período foi à Polônia em visita ao ex-marido com seus filhos. No decorrer da viagem é convidada à visitar a União Soviética para ter contato com suas origens, todavia ela recusa o convite, e endossa que daquele lugar saíra no colo, não poria seus pés naquele chão.

Na crônica “O Manifesto da Cidade (1974), fica quase cristalina a expressão da memória pelo Recife e o quanto as memórias essa a afeta, como se estivesse enraizada em Clarice.

Este o rio. Eis a Penitenciária. Eis o relógio. É Recife [...] Estou vendo cada vez mais claro: esta é a casa, a minha, a ponte, o rio, a Penitenciária, os blocos quadrados de edifícios, a escadaria deserta de mim. (Moser, 2013, p. 154)

No ano de 1976 veio ao Recife para participar de uma conferência no auditório do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) seria sua última viagem em vida. Neste momento justamente se hospedou no Hotel São Domingos, então localizado na Praça Maciel Pinheiro.

Na companhia de sua amiga Olga Borelli sentou-se no banco da praça e puseram-se a observar o sobrado onde Clarice morou parte de sua infância. Ao ser questionada sobre a época que viveu no recife e responde convicta, “Está todo vivo em mim”. (Moser, 2013, p. 102)

### Rito para tombamento

Esses processos estão diretamente ligados à memória e esquecimento, à medida que uns imóveis são escolhidos para ser memoráveis, outros tantos são largados ao abandono e esquecimento. Se faz necessário construir uma visão crítica das motivações para as tais escolhas

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

e se elas dão conta da necessidade de preservar os bens culturais imóveis.

Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável (Chagas, 2003, p.136).

202

Nesse sentido, compreendemos que articular questões relacionadas ao tombamento de um edifício deve ter uma íntima relação com os estudos da Memória, na medida em que podem subsidiar uma forma de valoração a elementos que consideramos significativos de nossa realidade.

Para que o bem patrimonializado faça sentido, ele precisa ser vivenciado e reconhecido pelos grupos sociais e desta feita assegurar sua identidade cultural. Para Pelegrini não se pode ignorar as diferenças culturais, pois na diversidade se dá a potência para o convívio em sociedade.

Mas, de todo modo, quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão. No entanto, se considerarmos verdadeira assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade. (Pelegrini, 2007, p.89)

Alguns patrimônios são juridicamente constituídos e estão tombados, pois podem ser requeridos por grupos sociais, pessoa civil e por parte do governo. Pode haver maior empenho em tornar um bem cultural reconhecido juridicamente, por interesses políticos e econômicos, visto que existem bens, mesmo que reconhecidos não estão inseridos e no ordenamento jurídico, logo se vê que os patrimônios podem ser utilizados para vários propósitos. Como

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

explica Gonçalves:

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro. (Gonçalves, 2015, p.218)

Gonçalves (2015) nos aponta os três modos de geração de relações, temos, no caso em análise, a ligação afetiva de Clarice Lispector com a cidade do Recife, sua importância histórica, esses aspectos inerentes ao passado, a preocupação atual com a necessidade de preservação do local, como aspecto do presente, e o uso social a ser dado ao imóvel, como o aspecto do futuro. Considerando, ainda, que esse uso atenderá, conforme projeto, “aos propósitos da indústria turística” (Gonçalves, 2015, p.218).

Para Scheiner (2004) ao refletir sobre patrimônio cultural problematiza sobre a simbolização do patrimônio. Mostra que os discursos e narrativas podem reforçar a história, sofrerem ação de invenções e adaptações, tendo em vista que depende da percepção de cada indivíduo, é passível de manipulação.

É necessário ficar atento aos discursos e reconhecer as características que estabelecem a identidade e patrimônio em sua essência, na busca da compreensão onde se formam novas ideias do que verdadeiramente pode ser considerado patrimônio. Com o aumento da influência dos vários tipos de mídias de comunicação, houve um considerável aumento no conhecimento da temática do patrimônio, isso acarreta também no aumento da participação popular. E tudo isso acontece no final do século XX, quando se relaciona o patrimônio com outros campos do conhecimento, como, artes, ciências, história, música, etc.

O patrimônio é cada vez mais constituído de afirmação de identidade, enquanto antes era forjado por fora de sua autenticidade. Scheiner (2004) ao citar o autor Garcia Canclini em estudo sobre a América Latina e como pensa o vínculo afetivo dos grupos sociais com o patrimônio, mostra que o patrimônio é a repetição de um conjunto de bens dos mais pobres, diferente do que fala a narrativa do discurso da academia.

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

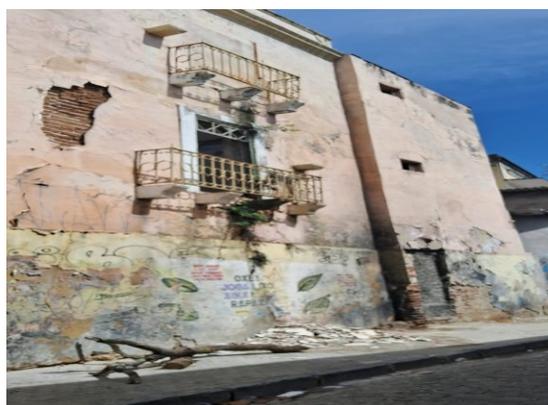
São utilizadas duas narrativas do patrimônio que são: a maior importância à identidade dos grupos e o resultado da análise do olhar do outro. O patrimônio nos museus por exemplo, é representado como um signo e torna-se cada vez mais natural enxergar o patrimônio como sendo indissociável da identidade. Mesmo não sendo possível desvincular o patrimônio da identidade, será que os grupos sociais se sentem representados pelas escolhas das casas patrimonializadas em Pernambuco?

A autora descreve que o início da discussão da sistematização da classificação do patrimônio histórico inicia-se de forma burocrática e com tendência ao autoritarismo. Vale salientar que não existia uma participação efetiva de diversos seguimentos da sociedade. Uma minoria, que por assim dizer, detinha o poder político e econômico decidia o que se fazia necessário para considerar um bem como patrimônio nacional, e quem decidia o que é patrimônio ou não.

### Construção da narrativa

Dentre os seus argumentos para o tombamento, encontrados no exame técnico realizado pela FUNDARPE, estão o fato, de a autora ter residido parte de sua vida na casa localizada no nº 387, na esquina da Rua do Aragão com a Travessa do Veras no bairro da Boa Vista. Salientou o fato de a mesma encontrar-se em estado avançado de degradação.

Figura1 – Lateral da casa de Clarice Lispector



Fonte: Foto da autora 2024

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

*Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>*

Ao tomar conhecimento da situação, procurou a Santa Casa de Misericórdia que é a 21 proprietária do imóvel. Através de sua representante, Rilani Algranti, constatou a existência de um projeto voltado para a restauração do imóvel.

O projeto foi desenvolvido pela arquiteta Lia Rafael Santos e sua sugestão é de transformar do bem, em um memorial à Clarice. Os principais argumentos para o restauro são, ter sido a residência da escritora, por ainda manter características arquitetônicas em várias partes (no contexto urbano).

Em 31/01/2020 o referido projeto obteve aprovação na GGPPC/Fundarpe. De posse deste projeto o presidente da Fundaj o entregou ao então Ministro da cultura, Roberto Freire. A referida instituição também solicita que sejam realizados estudos, imprescindíveis para o tombamento, para tanto se respalda na Lei federal 9784/99.

Segundo o nosso entendimento no processo de tombamento da casa de Clarice Lispector há uma construção de narrativa, pois esse iniciou-se a partir construda solicitação da Fundação Joaquim Nabuco na pessoa de seu presidente Luiz Otávio Cavalcanti. O mesmo enviou um ofício para a Fundarpe endereçado à Márcia Souto, presidente da instituição. Alegando sobre a relevância de Clarice Lispector para a literatura moderna brasileira. Dentre os seus argumentos também estão o fato, de a autora ter residido parte de sua vida na referida casa. Ter passado parte de sua infância no Recife e sua relevância para a literatura, seriam razões suficientes para tornar-se patrimônio cultural dos recifences? Segundo os resultados obtidos na pesquisa, bem como no questionário, Clarice Lispector não está presente na memória do povo da cidade.

Se faz necessária a participação da sociedade civil de forma efetiva na escolha de bens a serem patrimonializados, pois desta maneira suas memórias e identidades estariam de fato representadas. Sendo assim, possivelmente haveria uma maior movimentação e empenho em cobrar junto aos órgãos competentes a manutenção e um direcionamento dos usos para os imóveis tombados. Conseqüentemente poderia resultar em benefícios para a cidade tanto no âmbito cultural quanto econômico.

A atuação de intelectuais pernambucanos permitiu que houvesse o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, por exemplo, e outras homenagens, como a

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

instalação de sua estátua na Praça Maciel Pinheiro ou a promulgação da Lei Estadual 17.012 de 10 de agosto de 2020 que declarou a escritora Patrona da Literatura Pernambucana.

Figura 2 e 3 - Estátua de Clarice Lispector na Praça Maciel Pinheiro e Lateral da Casa de Clarice Lispector



Fonte: Rafael Furtado – Folha de Pernambuco 2020



Fonte: Foto da autora 2024

Aos 23 de setembro de 2021 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco o DECRETO Nº 51.432, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021, onde governador do estado Paulo Câmara, decreta tombamento da casa em que residiu Clarice Lispector.

Após este decreto o imóvel está tombado, e por conseguinte passa a ser um bem cultural no âmbito estadual, visto que já era um Imóvel Especial de Preservação no âmbito municipal. Entendemos que de agora em diante ganha uma maior força política para a execução do projeto de restauro, que em 31/01/2020 foi aprovado pela Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural GGPPC/ Fundarpe.

Porém, não há como mensurar até que ponto a vontade política garantirá a realização em tempo hábil, a fim de evitar que a ação do tempo possa aumentar a degradação da edificação, de modo a ser mas difícil o trabalho restaurativo e evitar uma possível deteriorização de modo irreversível.

Existe um projeto desenvolvido pela arquiteta Lia Rafael Santos, contratada pala Santa Casa de Misericórdia, sugere que o imóvel seja transformado em um memorial à Clarice Lispector. Este como espaço de memória, poderia trazer alguns benefícios ao entorno, no

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

sentido de valorização de um espaço de convivência entre os visitantes do memorial, da Praça Maciel Pinheiro e adjacências. A praça também encontra-se em estado de abandono, no entanto há em tramitação um processo de tambamento de seu chafariz.

Como mecanismo cultural o memorial possivelmente traria benefícios para a cidade, no que tange ao setor do turismo, como mercadoria cultural e no aspecto econômico é positivo, este setor movimenta a economia.

Segundo José Reginaldo Gonçalves os discursos das políticas do patromônio estão de algum modo interligadas a uma rede de mercado, o que em discursos anteriores chegavam a representar certo perigo no sentido do bem perder sua originalidade por estar servindo ao comércio cultural. Neste sentido detalha sua visão dos novos discursos:

Curiosamente, nos discursos modernistas do patrimônio, o turismo sempre foi classificado como uma fonte de perigo, algo que deveria ser mantido à distância, na medida em que se pretendesse que o patrimônio não perdesse sua “autenticidade”. Se uma determinada concepção de “autenticidade” estava associada à hegemonia e à centralidade do Estado nacional na formulação e implementação de políticas de patrimônio, essa concepção parece alterar-se em função da nova configuração institucional que vem se desenhando a partir das últimas décadas do século XX. Na atualidade, esses discursos parecem evidenciar concepções de “autenticidade” em que a ênfase é colocada não mais exclusivamente numa relação orgânica com o passado nacional, mas na própria possibilidade presente (ou “presentista”) de reprodução social de diversos passados. O patrimônio oscila entre a história nacional e as memórias coletivas. (Gonçalves, 1988, p. 220)

Para a população da cidade o Memorial à Clarice pode trazer benefícios no que diz respeito à popularização de sua obra, para que seja bem difundida nas escolas e meios de comunicação de massa. Esperamos que este venha servir como referência para visitação turística, mas, sobretudo como mecanismo de representatividade e de identidade cultural, possivelmente existente na população, e a formação através do contato com a casa em si e das obras da autora para quem venha a ter contato com o espaço.

Cria-se expectativas diversas, sempre visando um funcionamento que beneficie a memória, mas também tenha recursos para se manter em seus usos, mas estes podem seguir por outro caminho e as vezes não se tem o prometido por inteiro como nos diz Gonçalves:

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

Os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos prometem a experiência de realidade ausente, distante, e que nos acena a por meios de seus fragmentos – em outras palavras, trazem sempre uma promessa não cumprida de totalização. (Gonçalves, 1988 p. 244).

Evidências apontam que os fatores históricos na relação afetiva da escritora com a cidade do Recife, e arquitetônicos voltados para um grupo restrito de intelectuais da academia e políticos foram deliberativos para o tombamento. Embora o processo tenha o apoio de pessoas influentes na sociedade, a casa foi tombada há quase dois anos, e há quase três anos teve aprovado junto à Fundarpe um projeto de reforma e restauro da mesma, porém, ainda não tem data prevista para o início das obras e encontra-se em total abandono.

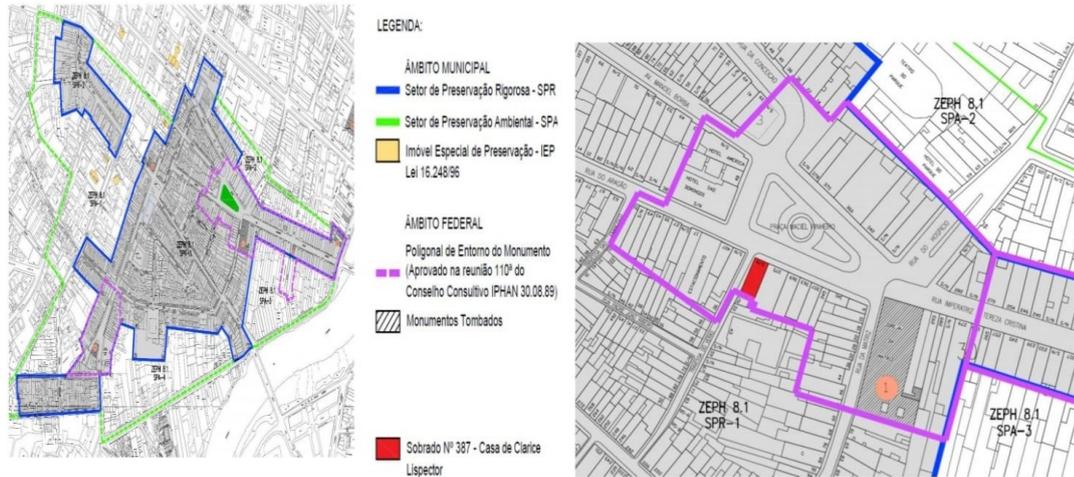
O fato da Casa de Clarice Lispector está situada na Poligonal de Entorno do Monumento Histórico, que foi aprovado na centésima décima reunião do Conselho Consultivo do IPHAN em 30 de agosto de 1989. Em âmbito municipal está situada no Polígono de Preservação rigorosa e no Polígono de Preservação Ambiental.

Também está protegida como Imóvel Especial de Preservação – IEP, regida pela Lei 16.248/96<sup>1</sup> que estabelece quais os imóveis no município do Recife podem ser considerados IEP – atualmente tem o total de 154 – a prefeitura garante incentivo, compensações e outras providências por intermédio de seus proprietários. (DPPC, 2022).

No tocante à casa de Clarice Lispector mesmo estando salvaguardada por lei municipal e com garantia de incentivos, chegou ao nível de degradação atual. Por que deixar o imóvel se deteriorar tanto para então fazer um projeto de restauro e buscar mecanismos para a execução?

<sup>1</sup> Apesar de o Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector conter Lei 16.248/96, o correto é Lei 16.248/ 97. Fonte: <https://dppc.recife.pe.gov.br>.

Figura 4 e 5 – Mapa da ZEPH – 8 e Mapa da ZEPH ampliado, Bairro da boa Vista, 2007 – Prefeitura da Cidade do Recife – PCR.



Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.

Figura 6 - Casa de Clarice Lispector.



Fonte: Foto da autora 2024

No decorrer da pesquisa realizamos aplicação um questionário com vinte transeuntes nas proximidades do sobrado da Praça Maciel Pinheiro., Mesmo sendo uma pequena amostragem em relação ao número de habitantes do entorno este nos conduziu a observações

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

e algumas conclusões preliminares, como por exemplo, que a maior parte dos pesquisados moram no centro do Recife e que uma maioria esmagadora não conhece a vida e obra da escritora. Valendo salientar que a idade das pessoas entrevistadas teve uma boa margem, variou de dezenove a setenta e um anos.

O questionário foi aplicado em um dia de sábado no horário das 9h às 12h, em frente a casa de Clarice para transeuntes. As perguntas foram a princípio sobre a faixa etária e local de residência, as que seguiram questionavam sobre se as pessoas sabiam quem morou naquela, se conheciam a escritora, se teriam lido alguma obra da mesma, saber se tinham conhecimento que aquela casa havia sido tombada e enfim saber se esse tombamento era importante para a cidade do Recife.

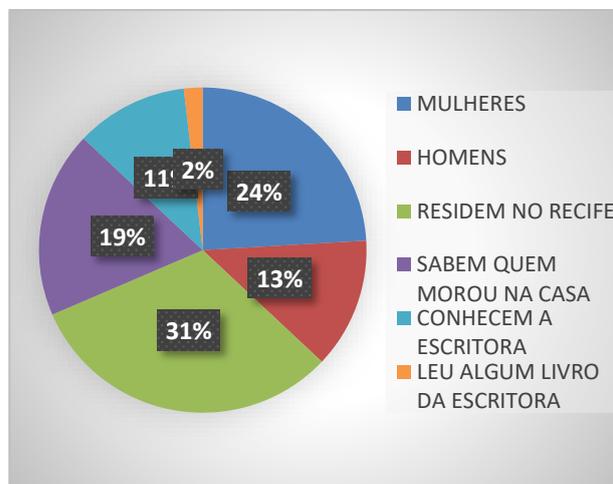
Sobre conhecer quem residiu na casa e a escritora, poucos conheciam. Sobre ter lido alguma obra menos ainda. Porém sobre a importância do tombamento a maioria achou ser importante, mesmo respondendo com certa incerteza. Houveram também respostas que chamaram bastante atenção, no caso de um homem que comercializava frutas em frente a casa. Respondeu: “É importante pra quem? Quando eles fazem essa história de patrimônio explusa a gente tudo daqui. Nós num pode vendernada”.

Outra situação curiosa foi a de um senhor que estava no banco da praça, quando perguntamos se poderia responder umas perguntas, ele disse: Não, eu não posso responder porque eu sou do papelão, favela do papelão”. Vimos claramente um constrangimento em sua face como se o fato de o lugar onde mora o fizesse inferior. Falamos que ele era um cidadão como qualquer outro e poderia ir e vir e que tinha todo direito. Foi inesperadas ambas situações, porém abre um leque de oportunidades de discussões para além patrimônio e memória.

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

*Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>*

Figura 7 - Grafico do questionário Casa de Clarice Lispector



Fonte: Gerado pela autora pós análise do questionário 2021.

### Considerações finais

Este trabalho discutiu a relevância da patrimonialização de bens culturais imóveis por meio do processo de tombamento, através da análise do processo da Casa de Clarice Lispector. Realizado à luz da legislação vigente no âmbito estadual e municipal. Concluímos por meio dos mecanismos do processo que todo ele se deu sem consulta ou outra forma de participação popular. Mesmo contendo na redação da apresentação do exame técnico realizado para estruturar o processo, a afirmação em considerar as relações simbólicas, sociais afetivas existentes entre o bem no contexto da materialidade local histórica e urbanística. Efetivamente não é demonstrado interesse em comprovar a importância afetiva do bem como elemento da memória enquanto identidade e representatividade da sociedade civil do entorno do sobrado. O descaso com a preservação da casa continua, mesmo estando salvaguardada por meio do tombamento estadual e por estar situada em perímetros de preservação em âmbito federal.

Fica visível que os fatores históricos na relação afetiva da escritora com a cidade do Recife, e arquitetônicos voltados para um grupo restrito de intelectuais da academia e políticos foram deliberativos. Embora o processo tenha o apoio de pessoas influentes na sociedade, a casa foi tombada há quase dois anos, e há quase três anos teve aprovado junto à Fundarpe um

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

projeto de reforma e restauro, porém ainda não tem data prevista para o início das obras. O descaso com a preservação da casa continua, mesmo estando salvaguardada por vários mecanismos de proteção previstos em lei.

O Recife está presente de maneira marcante na memória de Clarice, em algumas das suas obras, em algumas entrevistas ela também se refere à cidade. No entanto, a presença de Clarice na memória do Recife se resume ao meio intelectual que a cultua e, como consequência intercede junto ao poder público, seja ele Executivo ou Legislativo, para que essa memória seja preservada.

Se faz necessária a participação da sociedade civil de forma efetiva na escolha de bens a serem patrimonializados, pois desta maneira suas memórias e identidades estariam de fato representadas. Sendo assim, possivelmente haveria uma maior movimentação e empenho em cobrar junto aos órgãos competentes a manutenção e um direcionamento dos usos para os imóveis tombados. Conseqüentemente poderia resultar em benefícios para a cidade tanto no âmbito cultural quanto econômico.

Essa atuação dos intelectuais permitiu que houvesse o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, por exemplo, e outras homenagens, como a instalação de sua estátua na Praça Maciel Pinheiro ou a promulgação da Lei Estadual 17.012 de 10 de agosto de 2020 que declarou a escritora Patrona da Literatura Pernambucana.

Para que pudéssemos medir até que ponto Clarice está presente na memória da população recifense, seria necessário um aprofundamento nesse sentido, por intermédio de uma pesquisa mais aprofundada, medida a ser adotada em possível futuro trabalho de pesquisa.

## Referências

CHAGAS, Mário. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo. **Os limites do patrimônio**. Estudos Históricos, vol. 1, nº. 2, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo. **O mal estar do patrimônio: identidade, tempo e**

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

**destruição.** Estudos Históricos. vol. 28, no 55, Rio de Janeiro, 2015.

PELEGRINI, Sandra C.A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei:** trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. Patrimônio e Memória, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2007.

213

SANTOS, Irineia Freitas dos. **Tombar para não tombar:** análise do processo de tombamento da casa de Clarice Lispector. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

DPPC - **Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural.** Disponível em: <https://dppc.recife.pe.gov.br/legislacao-iep>. Acesso em 10 Mai.2022.

SECULT - Portal da Cultura Pernambucana, **Patrimônio Cultural, Material.** Disponível em: <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/tombamento/>. Acesso em 25 Out.2020.

SANTOS, I. Um patrimônio: identidade ou construção narrativa? Estudo de caso da casa de Clarice Lispector Revista Rural e Urbano, v. 9, n.1, 2024. p. 196 – 213.

*Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença:* <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>